

Das rádios livres às comunitárias: 20 anos da 91.50 FM, uma experiência de comunicação contra-hegemônica no dial¹

Marcelo Kischinhevsky

Resumo: Este artigo enfoca a constituição de uma das principais rádios livres do Rio de Janeiro, a Rádio Livre 91.50 FM, no contexto das lutas pela democratização dos meios de comunicação, que levariam à regulamentação da radiodifusão comunitária. Criada por estudantes da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ECO/UFRJ), a 91.50 FM completa duas décadas de existência, dedicada a uma “guerrilha receptiva” inspirada por Guattari e Gramsci. O trabalho, desenvolvido a partir do conceito de “lugares de memória” de Nora e de estudos mais recentes sobre a História da Mídia, busca recuperar um capítulo da história da comunicação alternativa no país e refletir sobre o esforço de reapropriação coletiva de um meio de produção subjetivo tão relevante para a população.

Palavras-chave: História da Mídia; Rádios Livres; Comunicação Alternativa

INTRODUÇÃO

A memória nos trai. Amplifica aspectos de fatos que presenciamos, enquanto subtrai outros. É sempre afetiva. Serve de amálgama para grupos sociais, enraíza narrativas individuais, inventa e reinventa tradições. Opõe-se à História, com maiúscula, a organização lógica e documental do passado, que dá a ele um aspecto de ilusórias coerência e linearidade. Numa sociedade crescentemente historicizada, de infinitas possibilidades de registro em formato digital, a memória se deixa muitas vezes engolfar pelo discurso histórico, mas não sem luta.

Daí o interesse nos “lugares de memória”, onde esta se cristaliza e se abriga, no entender de Pierre Nora. Tais lugares, sugere o autor, seriam criados por um jogo entre memória e história, uma interação que resulta em sua recíproca sobredeterminação. São lugares nos sentidos material, simbólico e funcional, disponíveis tanto à experiência sensual concreta quanto às mais abstratas elaborações intelectuais. A memória é sempre seletiva e subjetiva. Mas sem ela a história fica mais pobre, estática, perde a capacidade de se metamorfosear, de se ramificar (Nora, 1984). Ambas estão umbilicalmente conectadas.

Neste contexto, o Encontro Nacional de História da Mídia deste ano, com o tema central “Mídia alternativa e alternativas midiáticas”, colocou-se não apenas como um espaço

¹ Comunicação científica apresentada no Grupo de Trabalho (GT) História da Mídia Sonora, do VII Encontro Nacional de História da Mídia, realizado na Universidade de Fortaleza (CE), em agosto de 2009.

privilegiado para a reflexão teórica acerca das práticas midiáticas e da trajetória dos meios de comunicação no Brasil ao longo dos anos, mas efetivamente como um “lugar de memória”, que permite a emergência e a coexistência de vestígios de passados que jaziam às margens da historiografia oficial.

Ana Paula Goulart Ribeiro destaca os embates no âmbito da História, construída na maioria das vezes pelas visões aportadas pelos vencedores. A pesquisadora postula duas formas de estruturação da memória coletiva.

“Há, de um lado, uma memória oficial, que, ao selecionar e ordenar os fatos segundo certos critérios, se constrói sobre zonas de sombras, silêncios, esquecimentos e repressões. De outro lado, há, opondo-se à oficial, várias memórias coletivas subterrâneas, que, seja nos quadros familiares, em associações ou em grupos étnicos, culturais ou políticos, transmitem e conservam lembranças proibidas ou simplesmente ignoradas pela visão dominante” (Ribeiro, 2003, p. 95)

Estas memórias coletivas estão em permanente diálogo e tensão, construindo relações assimétricas. A memória apropriada pela História ganha aura oficial. As demais permanecem à margem, ocasionalmente recuperadas, enfocadas por pesquisadores e/ou profissionais da mídia, nas reportagens e crônicas do cotidiano. Aliás, a mídia vem se consolidando como “o principal *lugar de memória e/ou de história* das sociedades contemporâneas” (idem, p. 97).

O presente trabalho não tem a pretensão de aprofundar questões teóricas e metodológicas que permeiam o campo em que se articulam a Comunicação e a História, campo ainda em construção no Brasil, apesar do grande volume de produção acadêmica recente sobre o tema (ver levantamento de Ribeiro e Herschmann, 2008).

Este artigo tão-somente busca recuperar memórias dispersas de uma experiência de comunicação alternativa que mobilizou gerações de jovens dedicados a trazer novas vozes às ondas do ar, romper a pasmeira que se abatia sobre o dial em fins dos anos 1980, após uma frustrante experiência de redemocratização nacional. A História das rádios livres brasileiras, ainda por ser devidamente contada, só emergirá após diligente coleta de vestígios desse passado subterrâneo – relatos de personagens, boletins, esparsos documentos, notícias de jornais.

Essa história tem desdobramentos que, ainda hoje, repercutem nos debates sobre a democratização do acesso aos meios de produção midiática, sobre a ambígua regulamentação das rádios comunitárias e sobre o descontrole regulatório na radiodifusão, com milhares de emissoras entregues a comerciantes que realizam negócios escusos (cobrança de jabá para execução de músicas, venda de conteúdo editorial apoio político) e não cumprem seu papel constitucional de informar e formar cidadãos.

Há 20 anos, o autor e seus companheiros acreditavam que outra mídia era possível e que cabia a todos nós apropriarmo-nos dos meios para produzi-la. Daqui em diante, a memória pede licença.

COMÍCIO DE TUDO

Doze de junho é o Dia do Cinema, embora seja mais conhecido como Dia dos Namorados. Para um grupo de alunos da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ECO/UFRJ), no entanto, esta data ganharia outro significado especial, marcando a estreia de um projeto acalentado durante quase seis meses, que ajudaria a espanar o marasmo dos corredores do centenário Palácio Universitário e, por tabela, da Frequência Modulada carioca, naquele conturbado 1989 – ano em que a mídia eletrônica teria papel decisivo na eleição do primeiro presidente civil do país em quase 30 anos.

Tinha acabado de sair de uma experiência de produção de eventos, participando ao lado de colegas da ECO da equipe que organizou o festival Comício de Tudo, marco dos sete anos de fundação do Circo Voador, que levou ao palco da Lapa 32 grupos dos mais diversos gêneros musicais – do reggae do Lumiar (nome original do bem-sucedido grupo Cidade Negra) ao punk dos Ratos de Porão. Entre erros e acertos, saí do trabalho ávido por empreender novos projetos na área de cultura. Foi quando dois veteranos da faculdade, Arthur Luna e Leonardo Quirino, me procuraram e convidaram para fazer uma rádio livre. Eles já tinham o transmissor, feito por alguém da Engenharia da UFRJ, e queriam formar uma equipe.

Rapidamente, formou-se um núcleo de entusiastas da ideia, incluindo dois de meus parceiros no Comício de Tudo – Angelo Rossi e Jô Hallack. Queríamos pôr no ar uma rádio que tocasse as músicas que ouvíamos e que não tinham espaço no dial, dominado pelos jabaculês. E queríamos, sobretudo, falar sobre o que não se falava no rádio comercial, experimentar linguagens, criar um canal alternativo de comunicação.

A Rádio Livre 91.50 (FM mono, ou fértil, numa brincadeira com as palavras estéreo e estéril, como anunciávamos numa vinheta²) estrearia sob o signo do improvisado. Justamente naquele 12 de junho, uma paralisação dos funcionários da universidade — a primeira de muitas que serviram de pano de fundo para os últimos meses da era Sarney e marcariam também a gestão Collor — deixou os alunos envolvidos no projeto trancados do lado de fora da escola. Nada poderia deter, porém, os piratas radiofônicos, que tomariam de assalto o Centro Acadêmico, após o

² O nome foi escolhido devido à frequência, 91,5 megahertz, e também como referência ao calibre de fuzil .50, sugestão de um dos integrantes da rádio que fizera o Curso de Preparação de Oficiais da Reserva (o famigerado CPOR) do Exército.

providencial “abre-te sésamo” propiciado pelo então diretor da ECO, professor Muniz Sodré³.

A operação de guerra para ir ao ar na data marcada foi montada por um motivo simples: já havíamos anunciado na grande imprensa a estreia da rádio e um fiasco seria não apenas um constrangimento, mas um golpe fatal no projeto, que buscava (e obtinha) a sanção de outros meios para a luta da democratização da comunicação – uma tentativa pragmática de abrir “brechas” no “sistema”, com a cumplicidade de uma rede de jornalistas, muitos ex-alunos da ECO. Corremos contra o tempo e contra nossa própria inexperiência. Do telhado do Palácio Universitário, um dos integrantes atirou o cabo da antena que seria conectada ao transmissor. O bocal da dita cuja espatifou-se ao cair no chão e quase inviabilizou a estreia, tendo que ser soldada às pressas. Tudo isso em meio à algazarra produzida por mais de 20 pessoas, quase todas na faixa dos 20 anos de idade. Festa no *campus* deserto: estávamos no dial.

Uma vez no ar e passados os festejos relacionados ao *début*, constatamos que o alcance não era nada espetacular: atingíamos apenas os bairros Praia Vermelha, Botafogo, Urca e partes de Flamengo, Laranjeiras, Humaitá e Copacabana, com um sinal fraco e sob constante interferência, devido à geografia pouco propícia e à grande concentração de edifícios na região. Mas pouco importava: estávamos pondo mãos à obra e levando adiante nossas teorias sobre guerrilha receptiva e liberdade de expressão.

A Rádio Livre 91.50 foi um marco na radiofonia independente do Rio. Rádios clandestinas já existiam desde os anos 70 na cidade, mas, até onde mostram os (raros) estudos sobre o tema, tinham caráter esporádico e amador. Algumas faziam mais barulho na grande imprensa do que efetivamente em suas esparsas transmissões. O que a Rádio Livre 91.50 trouxe de novo?

Em primeiro lugar, a proposta era ocupar um nicho no dial e construir um relacionamento com os ouvintes. Para tanto, transmitiríamos três horas por dia, das 15h às 18h, de segunda a sexta-feira, inclusive durante as férias acadêmicas. A chamada “programação normal” cederia lugar, sempre às 17h, a um programa — inicialmente, o Ponta-de-Lança (novos artistas brasileiros), o Dívida Interna (logo rebatizado Terra Brasilis, voltado para a MPB), A Hora do Dinossauro (rock clássico, um dos maiores sucessos da programação, cujo nome seria surrupiado pela então decadente Fluminense FM⁴), o Carraspana (novidades internacionais, com ênfase em

³ Comunitárias, piratas, livres, populares, radiadoras... Há distinções de fundo ideológico e histórico entre os diversos termos utilizados para definir as emissoras que operam sem autorização governamental. Como mostram Machado et al., o termo “livre” estava mais conectado com o movimento contra o monopólio estatal na Itália e na França, enquanto as “piratas” teriam caráter mais comercial, recebendo ocasionalmente patrocínio de multinacionais, para furar, de barcos fundeados em águas internacionais, o bloqueio da também estatal (e caretíssima) programação das FMs britânicas e escandinavas. Na época, porém, essa discussão não tinha maior relevância para nós. Usávamos “rádio livre” no nome, mas nos apresentávamos em vinhetas como “piratas do dial”, seguindo o exemplo de outras emissoras contemporâneas, como a Capitão Gancho. Pura molecagem.

⁴ Conhecia pessoalmente o produtor da Flu FM que assumiu a “autoria” da ideia. Confrontado, ele alegou que o nome estava “por aí” e, portanto, não poderia ter dono. Uma nota no Rio Fanzine, seção do jornal *O Globo*

artistas latino-americanos), e o Babel Feliz (mistura dos mais diversos estilos musicais com experimentações e esquetes teatrais). Tudo pré-gravado em fitas cassete e velhas fitas de rolo, devido à total inexistência de equipamentos adequados para produção de rádio ao vivo na ECO.

Segundo, trazíamos uma (anti-)escola de locução, totalmente descompromissada com o estilo “jovem” que dominava as estações FM e voltada para textos francamente opinativos, editorializados, sempre em favor da democracia e da livre expressão — na verdade, o descompromisso era facilitado pelo fato de quase nenhum de nós ter noções técnicas de locução; aprendemos fazendo, durante longo tempo sem a supervisão de nenhum professor. Além disso, tínhamos ideias muito particulares em relação a que tipo de música deveria ser veiculada: mais de 50% da programação tinha que ser de artistas nacionais, com ênfase em novidades e *malditos* que não encontravam espaço nas emissoras comerciais. Músicas de sucesso também não teriam vez. Em nosso fanzine de estreia, avisávamos, em linhas gerais, que nossa prioridade era apresentar trabalhos de músicos, e não músicas de trabalho. A programação dita normal era, portanto, uma colcha de retalhos, que ia da música de “malditos pela mídia” como Jards Macalé, Itamar Assumpção e Luiz Melodia aos experimentalismos eletrônicos de Einstürzende Neubauten, passando pelo punk dos Dead Kennedys, Cólera e Ratos de Porão, o rock de Led Zeppelin, The Who, Mutantes e Raul Seixas, o reggae de Lumiar e KMD-5 (depois, Negril) e independentes em geral, como Urge (grupo que projetaria o cantor e compositor Pedro Luís, do grupo A Parede), Fellini e DeFalla.

À exceção de programas veiculados em horários específicos, como o Babel Feliz, rompemos a tradição de irreverência que marcara nos anos anteriores as iniciativas do gênero. Queríamos falar sério e essa característica se evidenciou em grandes momentos da rádio, como na longa entrevista exclusiva com o então presidente nicaraguense Daniel Ortega, feita por Alexander Mark Salz (codinome Andarilho) por ocasião de sua visita ao Brasil.

Numa época de difícil acesso à bibliografia sobre o tema, nos alimentávamos da leitura de artigos e trechos de livros fotocopiados. Leituras de cabeceira, para muitos de nós, eram o célebre prefácio de Felix Guattari ao livro de Arlindo Machado, Caio Magri e Marcelo Masagão, *Rádios livres – A reforma agrária no ar*. Nosso ideário anarquista encontrou ali uma faísca de inquietação, uma utopia plausível, uma militância radical não-partidária, mas pragmática, que propunha a aliança com as esquerdas para operar a tal revolução molecular. Uma utopia que, de certa maneira, antecipava as profundas mudanças sociais e culturais que viriam com o avanço da informática e da possibilidade de produção individual de conteúdos midiáticos.

“As primeiras rádios livres do Brasil foram acolhidas com uma certa reserva. Alguns recearam que sua aparição pudesse servir de pretexto para uma

especializada nas cenas alternativas cariocas, nos daria razão.

repressão violenta; outros só conseguiram ver nelas um *replay* dos movimentos dos anos 60. É bom que esteja claro, antes de mais nada, que o movimento das rádios livres pertence justamente àqueles que o promovem, isto é, potencialmente, a todos aqueles – e eles são uma legião – que sabem que não poderão jamais se exprimir de maneira convincente nas mídias oficiais. (...)

As rádios livres não nasceram de um fantasma da *belle époque* dos meia-oitos, como escreveu um jornalista da *Folha de S.Paulo*. Trata-se, pelo contrário, de um movimento que se instaurou, nos anos 70, como reação a uma certa utopia abstrata dos anos 60. As rádios livres representam, antes de qualquer outra coisa, uma utopia concreta, suscetível de ajudar os movimentos de emancipação desses países a se reinventarem. Trata-se de um instrumento de experimentação de novas modalidades de democracia, uma democracia que seja capaz não apenas de tolerar a expressão das singularidades sociais e individuais, mas também de encorajar sua expressão, de lhes dar a devida importância no campo social global. (...)

As rádios livres, e amanhã as televisões livres, são apenas uma pequena parte do *iceberg* das revoluções midiáticas que as novas tecnologias da informática nos preparam. (...) Trata-se, em suma, de preparar a entrada dos movimentos de emancipação numa era pós-mídia, que acelerará a reapropriação coletiva não apenas dos meios de trabalho mas também dos meios de produção subjetivos.” (Guattari, 1986, pp. 10-13⁵)

Líamos e relíamos textos como esse, articulando-os com estudos de teóricos que ganhavam espaço nos bancos acadêmicos à época, nomeadamente Antonio Gramsci, com sua instigante concepção de hegemonia e contra-hegemonia. Nos sentíamos parte de uma revolução em andamento, uma revolução que passava pela radicalização da democracia, pelo enfrentamento do rolo-compressor capitalista na indústria da comunicação e da cultura, mas do lado de dentro dessa mesma indústria. Era a última utopia, num tempo de sonhos abandonados, de Collor na presidência, de exílio econômico para alguns e de profundo desalento para muitos.

Claro que havia dificuldades. Passada a euforia inicial de pôr a rádio no ar, boa parte dos participantes se afastou do projeto — uns por falta de motivação, outros por divergências quanto à condução da emissora. Também não foram poucos os problemas técnicos: o modestíssimo transmissor tinha razoáveis 25 watts de potência, mas apresentava constantes defeitos que reduziam seu alcance e davam constantes dores-de-cabeça aos piratas de plantão. A antena, cujo corpo era um cabo de vassoura trespassado por fiação e hastes semelhantes às usadas em automóveis, não colaborava, bem como a posição em que estava afixada — a menos de 15 metros do solo, numa janela de um sótão do Palácio Universitário, sujeita a chuvas, trovoadas e vendavais.

Certa tarde, um zumbido repentino começou a prejudicar a transmissão. Diagnosticado o problema no cabo do transmissor, descobrimos que o simples toque eliminava o

⁵ Sobre uma análise do impacto do pensamento de Guattari sobre as rádios livres, ver CUNHA, 2005.

humming (ou *rame*⁶). Como não contávamos com suporte técnico, passei duas horas e meia segurando o cabo num ponto exato para garantir a transmissão até às 18h, quando então pudemos mexer na aparelhagem sem deixar os ouvintes na mão. Isso em plenas férias de julho, com a escola deserta.

Durante os primeiros dois anos, raríssimas foram as vezes em que transmitimos ao vivo, dadas as barreiras técnicas. No auge, a Rádio Livre chegou a contar com mais de 20 colaboradores, incluindo gente que nem estudava na ECO, mas que acreditava na importância do projeto. Escalas de produção e veiculação de programas garantiam um mínimo de racionalidade no uso do estúdio.

ESTRURUTA MAMBEMBE

Seria ilusão imaginar que, por estarmos radicados no campus da UFRJ na Praia Vermelha, tínhamos uma estrutura invejável. Um apoio efetivo da direção da ECO só viria em 1990, na gestão do professor Carlos Alberto Messeder Pereira, e mesmo assim limitado pela realidade de graves dificuldades financeiras em que a universidade se via mergulhada. Recebemos dezenas de fitas cassete para pré-gravar a programação e, posteriormente, duas bolsas – devidamente revezadas entre os integrantes do projeto a cada semestre – para estágio no subutilizado Laboratório de Radiojornalismo, que tinha metade de seu horário virtualmente ocupado pela equipe da 91.50⁷.

O maior projeto da 91.50, que acabou frustrado, era a legalização da emissora e a construção de um moderno estúdio, para que gerações de alunos da ECO/UFRJ levassem adiante a bandeira da Rádio Livre. Infelizmente, a burocracia universitária se mostrou mais labiríntica do que imaginávamos. A Reitoria em nenhum momento se interessou pela emissora, preferindo apoiar, tempos depois, projeto semelhante produzido por estudantes do curso de Letras, do *campus* do Fundão, mas sem nunca levar adiante qualquer esforço no sentido de obter uma concessão de rádio em AM ou FM.

O estúdio levaria ainda muitos anos para ser reformulado, como parte do projeto de criação da Central de Produção Multimídia (CPM), e permaneceria basicamente com os mesmos equipamentos: duas vitrolas, um mixer, um equalizador, um amplificador, dois gravadores de cassete, dois gravadores de rolo e um punhado de microfones (a maioria no limite da vida útil). Os quase três anos da Rádio Livre desgastariam a aparelhagem a ponto de alguns de nós acabarmos nos especializando em pequenos consertos. Nesse aspecto, não fosse a garra e a polivalência do

⁶ Zumbido, ruído. Expressão corriqueira em estúdios que vem do inglês *hum*.

⁷ A coordenação dos bolsistas era da professora Andréa Guaraciaba, que – recém-concursada – nutria entusiasmo quase juvenil pelo projeto dos alunos. Os recursos das bolsas, é claro, ajudavam a custear as despesas da rádio.

operador do estúdio Sérgio Muniz – único funcionário da ECO que participava ativamente da rádio –, o projeto teria naufragado em pouco tempo⁸.

Mesmo sonhando com a legalização, tínhamos nos tornar uma rádio oficial da UFRJ, engessada, como aconteceu com a TX, rádio pirata dos alunos da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes)⁹. Essa resistência a encarar os meandros da política universitária se mostrou um tiro no pé: sem perspectivas de apoio técnico e financeiro, acabamos tendo que manter uma estrutura mambembe. Faltava também apoio dos demais estudantes do *campus*, que nem sempre se identificavam com o caráter alternativo do projeto.

ESBOÇO DE ARTICULAÇÃO

Até aquele momento, as experiências de rádios piratas ou livres (o termo rádio comunitária só entraria no radar anos mais tarde) eram isoladas e, pelo menos no Rio de Janeiro, não havia intercâmbio entre seus participantes. A Rádio Livre 91.50 ajudou a modificar isso participando, como uma de suas primeiras signatárias, do Coletivo Estadual de Rádios Livres, organização que começou com apenas três emissoras: a Papa-Goiaba FM, iniciativa de alunos de Comunicação Social da Universidade Federal Fluminense (UFF), que foi ao ar em Niterói, em caráter eventual, a partir de 1990, na mesma frequência de 91,5Mhz; e a Tantã FM, de Macaé¹⁰; além da própria 91.50 FM. O Coletivo Estadual, criado sob inspiração de um Coletivo Nacional — por sua vez sucessor da Associação Brasileira das Ondas Livres do Ar (Abola) e da Cooperativa das Rádios Livres do Brasil (Cora-Libra), criados em 1986 —, teria vida relativamente curta, mas funcionaria como um balão de ensaio para as futuras entidades representantes das rádios comunitárias, como a Associação Brasileira de Rádios e TVs Comunitárias (Abraço) e suas *primas* regionais. Só no Estado do Rio, a Abraço tinha, em 1999, 141 emissoras afiliadas¹¹, o que mostra a importância crescente do movimento em apenas uma década.

⁸ Sérgio, cujo codinome na rádio era Curinga, foi com certeza o mais importante integrante da emissora. Gravou vinhetas como operador e locutor, produziu programas, ensinou truques de estúdio a todos nós e conseguiu (por intermédio de colegas) consertar o transmissor nas duas ocasiões em que defeitos mais graves quase tiraram definitivamente a 91.50 do ar. Sua atuação no projeto, absolutamente voluntária, foi exemplar do comportamento de um verdadeiro servidor público, ou seja, um cidadão engajado na defesa dos interesses da população, da liberdade de expressão e da democratização dos meios eletrônicos.

⁹ A TX, lacrada por policiais federais e funcionários do extinto Dentel, durante invasão do *campus* da Ufes, foi encampada pela universidade e se tornou uma emissora oficial. Os alunos que deram início ao projeto foram alijados de sua gestão, o que retirou da rádio todo seu caráter combativo e inovador, conforme informações repassadas pelos próprios *piratas* durante reunião do Coletivo Nacional de Rádios Livres, em Niterói, em 1990.

¹⁰ A Tantã era, em tudo, o oposto da 91.50. Formada por dois estudantes de Engenharia do Rio, só ia ao ar nos fins de semana ou durante as férias. Nessas ocasiões, as transmissões, ao vivo, duravam até nove horas diárias. A emissora ficava na casa de um de seus integrantes, atingindo boa parte de Macaé, num raio de até 20 km, graças às características geográficas da região. Era bastante popular e chegou a promover eventos com apoio da prefeitura. Sua programação, de caráter humorístico, era voltada para a música pop. Os equipamentos incluíam inacreditáveis microfones construídos a partir de arames e lápis (Autor, 2007).

¹¹ Sobre o assunto, ver “A voz das comunidades”, de Sílvio Essinger, *Jornal do Brasil*, Caderno B, pp. 1-2, 13 de fevereiro de 2000.

É preciso lembrar que até o fim dos anos 80 o Rio tinha pouca tradição na atividade. Os grandes pólos de rádios livres no país foram Espírito Santo (especialmente Vitória) e São Paulo (Sorocaba chegou a ter, em meados de 1982, mais de 40 emissoras transmitindo com equipamentos de curto alcance). A repressão era virtualmente inexistente na capital fluminense, embora ocorresse em outras praças, segundo informações que nos chegavam regularmente pelo coletivo e pela imprensa.

Fomos razoavelmente bem-sucedidos em mobilizar outros meios de comunicação para a causa das rádios livres, especialmente a imprensa escrita, que dava cobertura, em seções especializadas, sobre as ações da emissora e programas que seriam veiculados. Logo nos primeiros meses de vida da 91.50, gravamos entrevista para o programa Documento Especial, da finada Rede Manchete de Televisão. Temendo nossa identificação e o conseqüente fechamento da rádio, demos depoimentos com capas de discos de vinil cobrindo nossos rostos, o que causou controvérsia entre os participantes do projeto (uns queriam dar a cara a tapa, outros defendiam o *disfarce*). Na edição do programa, acabamos parecendo adolescentes com discurso guerrilheiro ao sermos comparados com os integrantes de uma TV comunitária paulistana, que foram entrevistados de peito aberto, defendendo suas ideias de democratização dos meios de comunicação. Dois dias depois, no entanto, a emissora de São Paulo foi lacrada e todos os seus membros, detidos pela Polícia Federal. Se, por um lado, não criamos um fato político (alguns de nós certamente torciam para irmos presos, com direito a cobertura da mídia), por outro, mantivemos nossas ideias no ar. Minha geração não chegou a ser fichada, mas soube que o mesmo não aconteceu com nossos sucessores, que por diversas vezes viram a rádio ser fechada com truculência.

OUVINTE, ESSE ETERNO DESCONHECIDO

A audiência era a maior incógnita do projeto. Diferentemente de boa parte das emissoras comunitárias atuais, que vivem bem assentadas no seio das comunidades de origem, a 91.50 era uma rádio voltada para fora dos muros do *campus*. Nossos únicos pontos fixos de recepção no território universitário eram o Centro Acadêmico da ECO (de onde a rádio sairia em 1991, com a mudança definitiva para o Laboratório de Radiojornalismo, onde hoje está a Central de Produção Multimídia) e o popular Sujinho, onde nem sempre nossas experimentações estéticas eram toleradas pela audiência.

Quanto aos ouvintes extramuros, havia poucas pistas. Amigos falavam sobre a programação, mas não tínhamos à disposição métodos eficazes de avaliação. Telefone, naqueles anos de penúria da universidade e pré-privatização das telecomunicações, nem pensar. Depois de mais de um ano na fila de espera, conseguimos, enfim, uma caixa postal gratuita. Passamos a

receber algumas cartas, mas nada suficiente para traçar um perfil do ouvinte. Pelo menos, descobrimos que chegávamos até áreas insuspeitadas, como Copacabana, Laranjeiras e Humaitá. Isso foi um alento, embora não estivéssemos brigando por quantidade de ouvintes, como as rádios comerciais, mas sim por qualidade, por formadores de opinião, por uma audiência que não se desse por satisfeita diante do rame-rame da programação convencional das FMs. A Rádio Livre era para nós uma trincheira cultural, voltada para adeptos da guerrilha receptiva. Mesmo que fossem muito poucos.

PASSAGEM DE BASTÃO

No segundo semestre de 1991, após a saída de Alexander Mark Salz, Luiz Alberto Angeiras e Vera Lucia dos Santos Martins, tornei-me o único remanescente dos primórdios da rádio. O projeto já havia me custado diversos sacrifícios, entre eles um ano de matrícula trancada para dedicação exclusiva à 91.50 – fui, talvez, o primeiro aluno da história da ECO a frequentar diariamente o campus, inclusive nas férias, sem estar matriculado em nenhuma disciplina. Passados mais de dois anos, era hora de me dedicar aos estudos e à carreira jornalística. O sonho, para mim, havia acabado.

Infelizmente, a equipe que assumiu o projeto não teve a capacidade de organização necessária para manter a rádio no ar. Em dezembro daquele ano, a emissora interromperia as transmissões, em princípio temporariamente, em virtude das férias, que acabariam se prolongando de modo indefinido.

Tempos depois, outra geração de alunos da ECO tiraria o transmissor da gaveta e ressuscitaria a rádio com outro nome, Interferência. Perdi contato com os sucessores, que se alternavam em ritmo intenso – soube que, a cada semestre, a equipe mudava quase que integralmente.

Contudo, passados 20 anos, para minha surpresa, continuo acompanhando os passos da Rádio Livre, alinhando entre os ouvintes regulares da emissora. Gerações e gerações de alunos da ECO passaram pela emissora, agora com o nome Interferência consolidado, mas ela continua no ar. As transmissões ocorrem 24 horas por dia, graças a um software gratuito de automação e gestão de conteúdos radiofônicos. Há diversas faixas de horário, com temáticas específicas, debates ao vivo, entrevistas, além de uma programação musical radicalmente diversificada.

Na página da ECO na internet, anuncia-se que a Interferência é hoje “auto-gerida por um coletivo horizontal sem patrulha ideológica ou estética, para que os diferentes discursos possam coexistir e toda experimentação possa ser feita, abrindo espaço para novas expressões artísticas e culturais. Os programadores têm total liberdade de criação dentro do seu espaço na grade de

programação (um programa semanal de uma hora de duração)”. O financiamento do projeto se dá por meio de taxa semestral (não-obrigatória) paga pelos programadores, no valor de R\$ 30, e também por meios alternativos, como venda de camisetas, organização de eventos e busca de doações.

A proposta de constituição de um espaço de comunicação alternativa parece ter-se mantido coerente ao longo dos anos. “A rádio tem também como objetivo promover eventos de música e vídeo independentes, e discussões sobre cultura digital, direitos autorais, monopólio da comunicação e indústria fonográfica”, informa o texto do *site* da ECO, que equivocadamente situa o surgimento da emissora no ano de 1985. A utopia permanece surpreendentemente viva, apesar da dispersa memória acerca do projeto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O movimento de rádios livres nos anos 1980 antecipou o avanço das rádios comunitárias, que floresceriam na segunda metade dos anos 90. Uma década após o surgimento da Rádio Livre 91.50, estimativas apontavam a existência de mais de cinco mil emissoras operando sem concessão no país¹². A pressão pela regulamentação foi destaque na campanha eleitoral de 1998 e gerou situações curiosas, como a inadvertida entrevista do então presidente Fernando Henrique Cardoso em uma destas rádios¹³.

A maioria delas trilhou o caminho da legalização, depois da aprovação da Lei 9.612/1998, que regulamentou a radiodifusão comunitária. Em muitos casos, é certo, há utilização política de rádios comunitárias¹⁴, mas o saldo do embate hoje parece positivo, com número expressivo de emissoras organizadas por e para as comunidades em que se encontram instaladas – a despeito de todas as dificuldades impostas pela legislação, como a proibição de veicular anúncios.

A efetiva democratização do dial parece passar não apenas pela proliferação das emissoras comunitárias, essencialmente locais, mas também pela reformulação do acesso à propriedade das demais emissoras. A atual política de licitação de estações – embora ajude a minimizar os efeitos da antiga prática da distribuição de concessões para apadrinhados políticos –

¹² Só em 1999, foram lacradas no país 2.986 emissoras clandestinas, 64 delas no Rio, segundo dados da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). No mesmo período, o Ministério das Comunicações recebeu cerca de oito mil pedidos para abertura de rádios comunitárias. Ver “A voz das comunidades”, de Sílvio Essinger, *op.cit.*

¹³ Em campanha por sua reeleição, FH falou durante 15 minutos, por telefone, à Rádio Manguinhos FM, mantida pela associação dos funcionários da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e então proibida de funcionar pela Anatel. O episódio trouxe o assunto para a ordem do dia e levou o candidato da oposição Luiz Inácio Lula da Silva (PT) a falar à mesma emissora. Ver Luciana Nunes Leal, “FH dá entrevista a rádio pirata”, *Jornal do Brasil*, 29 de agosto de 1998, p. 3; Luciana Nunes Leal, “Petista também fala a rádio ilegal”, *Jornal do Brasil*, 4 de setembro de 1998, p. 4; e “FH e Lula prometem nova regulamentação”, *Jornal do Brasil*, 6 de setembro de 1998, Caderno B, p. 2.

¹⁴ Ver, por exemplo, Elvira Lobato e Fernando Godinho, “‘Coronelismo eletrônico’ sobrevive com concessões”, *Folha de S.Paulo*, 3 de janeiro de 1999, Brasil, p. 11; e “Sergipe — TRE retira seis rádios do ar e lacra duas”, *Jornal do Brasil*, 26 de outubro de 1998, p. 7.

só acirra o caráter comercial do rádio, ao não estabelecer critérios diferenciados de avaliação para as propostas apresentadas por outros atores sociais, sem vínculos com o empresariado.

Há que se garantir acesso de universidades, sindicatos e outras instituições da sociedade civil, para que o rádio não seja apenas um *negócio*. Caso contrário, assistiremos ao esvaziamento definitivo de uma mídia que ajudou a forjar o Estado-Nação brasileiro e que, ainda hoje, mantém um fascinante poder de transformação e de articulação de identidades culturais e sociais.

Que este artigo ajude a reavivar a memória do movimento das rádios livres, tão estratégico para a atual fase de desenvolvimento da radiodifusão comunitária, e que ajude a montar o enorme quebra-cabeças que representa a história da mídia sonora alternativa no Brasil.

AGRADECIMENTOS

A todos que participaram da Rádio Livre 91.50 FM, direta ou indiretamente:

Sérgio Muniz, Alexander Mark Salz, Luiz Alberto Angeiras (*in memoriam*), Vera Lucia dos Santos Martins, Marta Ramalheite, Arthur Luna, Leonardo Quirino, Inês Amorim, Jorge Henrique Cordeiro, Ricardo Calazans, Paulo Barreto, Guta Nascimento, Juliana Iooty, Daniela Dacorso, Paola Palópolo, Giovanna Hallack, Nina Lemos, Alexandre Freeland, Ana Elisabeth Bettencourt de Farias (Babeth), Bruno Alves dos Santos, Alessandra Lariú, Angelo Rossi, Marcos Vinícius Farias, Paulo Sérgio Martins, Cláudia Soares Rodrigues, Elizeth Pietroluongo Vianna, Marcelo Machado, Marcelo Carvalho de Oliveira, Carlos Alberto Messeder Pereira, Lisiane (Perthuis) Ramos, André Montanha, Rodrigo Lariú, Paulo Henrique Pacheco (*in memoriam*) e muitos outros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COGO, Denise Maria. *No ar... uma rádio comunitária*. Coleção “Comunicação e estudos”. São Paulo: Ed. Paulinas, 1998.

CUNHA, Márgda. “A era pós-mídia desenhada nas rádios livres: o pensamento de Felix Guattari”, in MEDITSCH, Eduardo (org.), *Teorias do rádio – Textos e contextos (vol. 1)*. Florianópolis: Insular, 2005.

DOMINGUES, Bernardo Pires. *Rádios livres de barreiras: a Internet como um refúgio para as pequenas emissoras*. Monografia de graduação. Rio de Janeiro: ECO/UFRJ, 1999.

GUATTARI, Felix. “As rádios livres em direção a uma era pós-mídia”, in MACHADO, Arlindo, MAGRI, Caio, MASAGÃO, Marcelo. *Rádios livres – A*

reforma agrária no ar. 2ª edição. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987.

AUTOR, 2007.

MACHADO, Arlindo, MAGRI, Caio, MASAGÃO, Marcelo. Rádios livres – A reforma agrária no ar. 2ª edição. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987.

NORA, Pierre. *Les lieux de mémoire. Vol. 1 (La République)*. Paris: Gallimard, 1984.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart, HERSCHMANN, Micael, “História da Comunicação no Brasil: um campo em construção”, in RIBEIRO, Ana Paula Goulart, HERSCHMANN, Micael (orgs.), *Comunicação e história: interfaces e novas abordagens*. Rio de Janeiro: Ed. Mauad X/Globo Universidade, 2008.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart, “A mídia e o lugar da história”, in HERSCHMANN, Micael, PEREIRA, Carlos Alberto Messeder (orgs.), *Mídia, memória & celebridades*. Rio de Janeiro: Ed. E-Papers, 2003.

Abstract: This paper focuses the surge of one of the most important free radios in Rio de Janeiro, Brazil, Rádio Livre 91.50 FM, in the context of mass media democratization struggle, that led to a community broadcasting regulation act. Created by UFRJ's Communication students, 91.50 FM is now twenty-years old, and still dedicated to a “receptive guerrilla” inspired by Guattari, and Gramsci. The article, developed over Nora's concept of “memory places” and more recent Media History studies, aims at the recovery of a Brazilian Alternative Communication History chapter.

Keywords: Media History, Free Radios, Alternative Communication

Resumen: Se enfoca la formación de uno de los más importantes emisores radiofónicos libres en Rio de Janeiro, la Rádio Livre 91.50 FM, en el marco de las luchas por la democratización de los medios de comunicación en Brasil y la consecuente regulación de la radiodifusión comunitaria. Creada por estudiantes de Comunicación de UFRJ, 91.50 FM ha completado veinte años de existencia y de “guerrilla receptiva”, por las ideas de Guattari y Gramsci.

Palabras clave: Historia de la Media, Radios Libres, Comunicación Alternativa

Submetido: 11/08/2009.

Aceito: 01/10/2009.

MARCELO KISCHINHEVSKY é professor de Radiojornalismo da Faculdade de Comunicação Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FCS/UERJ) e do Departamento de Comunicação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), doutor em Comunicação e Cultura pela ECO/UFRJ e autor do livro "*O rádio sem onda - Convergência digital e novos desafios na radiodifusão*" (Rio: Ed. E-Papers, 2007).